

A CONSOLIDAÇÃO DA TRIPLICE FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA/URUGUAI NO SÉCULO XIX ¹

LUIZ FRANCISCO MATIAS SOARES*

RESUMO:

A consolidação da tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai, no século XIX, que embora de aspecto beligerante, desenvolveu-se com a atividade econômica pastoril e o comércio, praticado pelos países. Este aspecto possibilita na análise das implicações históricas e as suas relações através da geopolítica nas fronteiras. Vista no espaço regional brasileiro, a oeste do Estado do Rio Grande do Sul, pela abordagem regional, apresenta as especificidades e os fundamentos em que se estabeleceram e desenvolveram com suas relações sociais, econômicas e políticas desenvolvidas na tríplice fronteira.

Palavras Chave: Geopolítica, Tríplice Fronteira, oeste do Rio Grande do Sul .

OBJETIVO:

Este artigo tem como objetivo analisar a consolidação da tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai visualizando no espaço regional oeste do Rio Grande do Sul, onde esta situada a tríplice fronteira, a partir do século XIX, sua ocupação beligerante e a atividade econômica pastoril comum aos três países, o comércio entre fronteiras e investigar as relações históricas, pela abordagem regional.

INTRODUÇÃO

A fronteira oeste do Rio Grande do Sul foi o único ponto do território nacional onde o contato beligerante entre portugueses e espanhóis se deu de imediato e constante, forjando um contingente populacional em uma fronteira sempre em prontidão, pronta para as armas.

* Universidade de Passo Fundo/RS, Mestrando do PPGH, Bolsista CAPES.

¹ Este artigo foi redigido para ANPUH2011 e é baseado em material apresentado como pré-requisito para conclusão da cadeira de história e região, cursada no 2º semestre de 2010 no PPGH da Universidade de Passo Fundo/RS.

Este aspecto caracterizou uma cultura regional tipificada, diferente do resto do país. Que pôde estruturar grupos controlados, em geral, que assimilavam o autoritarismo baseado na violência e rusticidade.

Para que possamos melhor entender o contexto em que se desenvolve a fronteira oeste do rio grande do sul, a partir do século XIX, faremos um exercício de retrospectiva nos aspectos históricos quanto a ocupação e o seu desenvolvimento.

Tal procedimento se faz necessário na medida em que há aspectos que serão fundamentais para a exposição das idéias aqui relacionadas.

Interessa-nos aqui, contextualizarmos o período em que se consolidou, a fronteira oeste do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, a tríplice fronteira nas nações – Brasil/Argentina/Uruguai e os fundamentos em que estes se estabeleceram e desenvolveram nas relações sociais, econômicas e políticas.

A FRONTEIRA OESTE E SUA OCUPAÇÃO.

O Rio Grande do Sul teve sua incorporação efetuada tardiamente ao território brasileiro. Entre os séculos XVI e XVII não havia o interesse econômico que justificasse empreendimento suficientemente vantajoso na região para Portugal.

Para o historiador Adelar (HEINSFELD, 2007:19), sob o prisma da Geopolítica, a abordagem do tema *fronteiras*, significaria “... adentrar no campo das relações internacionais, envolvendo a política de um Estado em relação a outros e a segurança de seu próprio, integrados no princípio fundamental da soberania nacional, obriga o Estado a definir, no solo, no mar e no ar, os limites da área de poder”.

Ainda para Heinsfeld, baseado nas idéias de RATZEL e as “*Leis do crescimento espacial do estado*” concluí assim que : “Surge daí a fronteira, faixa de contorno do corpo estatal”.

No caso das fronteiras ao sul, embora as terras, já tivessem sido disputadas, anteriormente, na fundação das missões jesuíticas ao sul em 1626, originárias da Companhia de Jesus², a ocupação portuguesa só seria desencadeada efetivamente no século XVIII, nas disputas que se dariam entre as coroas espanhola e portuguesa,

² Fundada e organizada por Ignácio de Loyola, em agosto de 1534, baseados na redução e conversão dos índios a fé cristã. Ver mais em COLVERO, Ronaldo. Negócios da Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

dentro de estratégias de dominação e como resultado de acertos e desacertos na posse e manutenção das terras.

A ocupação se deu baseada em dois pontos de interesses: a primeira - em motivos econômicos via tropeirismo, executada por paulistas que movidos pelo lucro gerado no arrebanhamento do gado, dirigem-se para os campos de Vacaria, e os lagunenses, estes em 1725 ocupam os campos do sul, Viamão. A segunda – por estratégia geopolítica da coroa portuguesa, para compor na defesa das fronteiras dentro de um projeto de hegemonia luso-brasileiro de domínio de espaço na América do Sul, assinalado pelas lutas de fronteira com os castelhanos, caracterizando assim o preenchimento do espaço na fronteira oeste como de cunho econômico-militar.

As duas coroas em constantes choques selariam vários tratados territoriais, dos quais os principais foram o Tratado de Madrid em 1750, o tratado de Santo Ildefonso³ em 1777, neste mesmo ano ocorre no Nordeste do Brasil a grande seca dos três setes, arrasando com os rebanhos de gado daquela região, que exercia a manufatura saladeira de carne seca, principal alimento das escravarias ligadas a atividade mineradora, atividade esta considerada basilar para o poder central português.

A falta de gado no Nordeste impeliu os tropeiros a buscarem, ao sul, o gado abandonado pelos jesuítas que se reproduzia solto nas imensas extensões de terras do Pampa, o gado chucro ou cimarron. Além do gado vacum, ocorre também a captura de gado moar para o transporte nas minas que seriam comercializados em praças como a paulista de Sorocaba.

Nesta sociedade, onde as fronteiras eram móveis, desde idos do século XVIII e XIX, se estabelecem espaços e condições para as ideologias⁴ apropriadas ao desenvolvimento do poder local que se consubstanciavam em uma vocação militar pois:

“... em face da estrutura de relações econômicas, sociais, políticas e militares montadas com o processo de ocupação e colonização de uma área fronteiriça,...como a do Rio Grande do Sul, gerou-se a necessidade de tipos

³ Este tratado tinha como objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina e a renúncia à navegação nos rios da prata e Uruguai por parte de Portugal. COLVERO, Ronaldo. Negócios da Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2004. p.19 a 27.

⁴ Ideologias: Aqui conceituaremos como espécie de astúcia, uma justificação ou imposição do vivido, aceito como tal. Como elaboração secundária do imaginário, constitui-se como um pensamento selvagem (conforme os significados definidos por Lévi- Strauss), mas pervertido. LA PLANTINE, op. Cit.. p. 25.

especiais de homens preparados para situações de enfrentamento que pudessem assegurar a manutenção, domínio, preenchendo o vazio de poder deixado pelo poder central.”(FÉLIX 1987: 22)

No ano de 1801, ano do Tratado de Badajos, os portugueses, liderados pelos estancieiros Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, conquistam as Missões orientais, iniciando a definir a fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Após a chegada ao Brasil da família real portuguesa, em 1808, e , com a transferência da Corte Real de Portugal para o Rio de Janeiro. Inicia-se a aceleração da distribuição por doação ou venda das Sesmarias⁵ na porção meridional do continente.

As sesmarias, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul e onde se constituiria Uruguaiana são distribuídas em maior escala a partir de 1814, com o intuito de povoar a região e avançar em direção ao oeste a fim de constituir mais efetivamente a presença luso-brasileira, o que não seria tarefa nada fácil, já que, conforme Raul Pont, “a concessão de sesmarias poderia ser um prêmio ou merecido galardão. Entretanto o domínio e a posse da área pretendida exigiam muitas vezes o sacrifício da própria vida” (PONT 1983:556).

A coroa portuguesa já definia uma política agressiva na questão do avanço e conquista espacial da região, como definição da estratégia geopolítica de ocupação e hegemonia na região sul do Brasil, vista aqui na questão da invasão das forças portuguesas à Banda Oriental, nas províncias Unidas do Rio da Prata, que em 1821 seria incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves pela regência, tratando como de questão de direito sucessório aos descendentes da rainha Carlota Joaquina, denominando-a de Província Cisplatina.

Este é um tempo em que as fronteiras ao sul, ainda estão indefinidas, e assim: “Durante todo o período das independências americanas, especialmente nas décadas de 1810-29, o Rio Grande do Sul funcionava efetivamente como um acampamento militar” (FÉLIX 1987: 24),.

Nas sesmarias, que, de início, eram delimitadas por acidentes geográficos (rios, matas, coxilhas e etc.), com a demarcação das terras e o arrebanhamento do gado

⁵“Terrenos inclusos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los(...) Uma sesmaria media em regra, cerca de 6.500m². No Brasil, adquirem feição peculiar, transformando-se em grandes latifúndios, reflexos de doações generosas da monarquia portuguesa.” Ver AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. p. 358.

vacum, inicialmente efetuado pelos Bandeirantes, se desenvolve a economia voltada para a pecuária e evolui para a constituição das Estâncias⁶.

Corre a notícia no Brasil acerca da riqueza pastoril e da possibilidade de grandes ganhos. Cabe ressaltar que a atividade pastoril exercida no Rio Grande do Sul, sempre foi atividade secundária para o poder central do Império, já que o foco econômico foi nas atividades econômicas exercidas no centro, norte e nordeste do país, tais como: plantações de cana, café e a atividade mineradora das “Gerais”.

Mesmo assim, os lucros eram atrativos, o suficiente para os contingentes que se mobilizaram virem a ocupar o espaço da fronteira oeste.

Em 1831, a Regência cria a Guarda Nacional⁷ e distribui entre os estancieiros e ricos comerciantes, patentes militares. Para o proprietário da grande propriedade é geralmente destinado o posto de coronel, tenente coronel ou major, mas a autoridade se institua efetivamente pelo reconhecimento de seus liderados, pela aceitação de sua liderança, não só através de traços militares, mas, sobre tudo, no papel carismático que o coronel desempenhava, caracterizava-se assim como um caudilho.

Eis que “...é necessário sublinharmos a existência dos caudilhos no Rio Grande do Sul, em face do tipo de ocupação militarizada que ocorreu no sul do país.” (FÉLIX 1987:22) este autoritarismo via coronelismo⁸.

O desenvolvimento de um ciclo pastoril-militar(FRANCO 1958: 3), posterior às Guerras da Cisplatina, caracterizariam uma nova estrutura social na fronteira do sul e do oeste que se fortaleceria pela questão econômica, e devido ao distanciamento da autoridade institucional do poder central, uma vez que “as lutas locais entre uruguaios e argentinos repercutiam nos ataques às estâncias gaúchas, e nem mesmo a paz de 1828 trouxe tranqüilidade a fronteira” (PICCOLO 1985. p.35, 43 e 51).

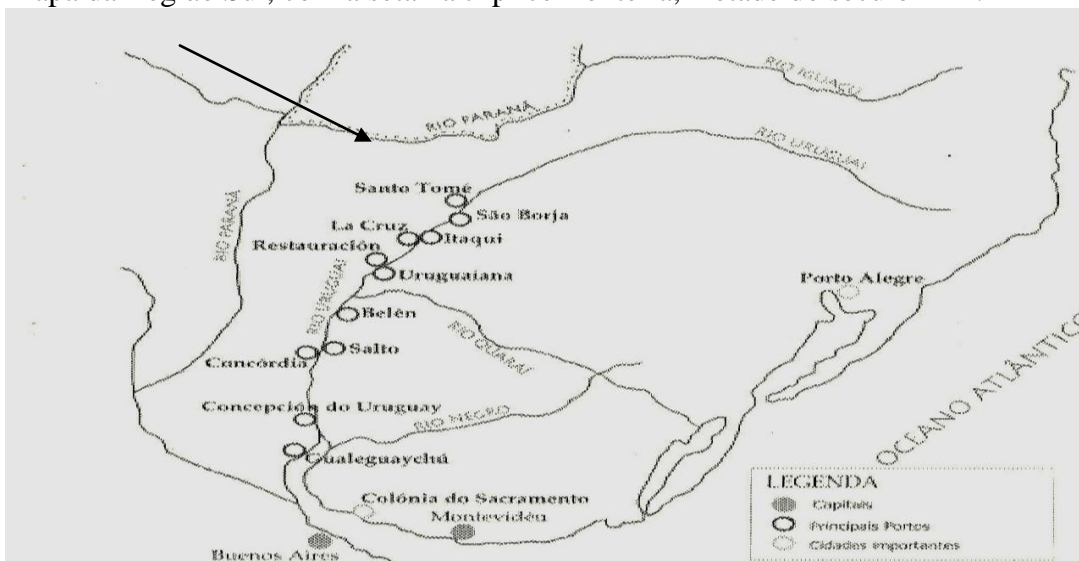
⁶As Estâncias eram constituídas na fronteira oeste por longas extensões de terras onde o gado em pé era arregimentado a fim de ser engordado e preparado para o abate nas charqueadas ou o transporte por tropeiros que venderiam as rezes para o mesmo fim, o de alimentarem a mão-de-obra escrava do centro e norte do país

⁷A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, pela Regência, a fim de transformar o latifúndio em posto militar para salvaguardar as fronteiras Brasileiras. CARONE, Edgar, Coronelismo: Definição, Histórica e Bibliográfica, Rio de Janeiro: Revista Adm. Emp. 1971. p. 85 a 93.

⁸O conceito de Coronelismo define, em geral, as práticas dos mandatários locais identificando-os como os homens bons (ricos) quando nas regiões das sesmarias praticamente inexistente a ação do Estado. “Segundo Edgar Carone, em Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica, relata que a eles caberá durante o Império e até na República o (...) arrogo no direito de todos os atributos legais”. CARONE, Edgar, Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica, Rio de Janeiro: Revista Adm. Emp. 1971. p. 85 a 93.

Além das terras, que adquirem, também lhes é delegada a autoridade legal do local, estabelecendo-se assim as bases sólidas para o coronelismo, o patrimônio e a legitimação. A partir da Lei de Terras⁹, em 1850, as terras passariam a possuir caráter legal, contribuindo ainda mais para firmar as fronteiras e o poder local dos estancieiros baseado no patrimonialismo, no poder econômico e no poder político que adquiriram.

Mapa da Região Sul, com a seta na tríplice fronteira, metade do século XIX.



Fonte: Mapa baseado em MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre Império Brasileiro e Argentina (1852-1889). São Paulo: USP, 1989, Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989, p.114 e nas pesquisas realizadas em demais livros e documentos analisados. In: COLVERO, Ronaldo. Negócios na Madrugada. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 98.

Cabe ressaltar que para Fernando Henrique Cardoso, a formação da sociedade senhorial gaúcha pode ser divisada em dois momentos, o primeiro - na fase da conquista do espaço, no qual a atividade econômica e social da região estava subordinada aos interesses diretos do poder central português, o que podemos também acrescentar ao corolário do poder central somou-se na estratégia a ocupação do espaço fronteiriço que empurrando as fronteiras do oeste, proporcionou o avanço ocupacional militar via distribuição de sesmaria e concessão de patentes militares da guarda nacional.

O segundo - quando os interesses dos proprietários superam os interesses do Poder Real português e a autoridade dos chefes de bandos e guerrilheiros locais passam

⁹ Lei de Terras 1850, definitivamente serve para tornar as super-estruturas do coronelismo reforçadas . para se ter uma idéia mais clara veja em <<http://WWW.webhistoria.com.br/lei1850.h-ml>>

a coexistir com a ordem estatal-patrimonial representada pelos funcionários e militares portugueses.

O que origina o reforço da autoridade dos coronéis caudilhos até no campo psicológico e a consolidação do seu poder econômico.

Também encontraremos a figura do bandoleiro ou fora da lei, típico dos Pampas, especializado no roubo de montarias, assaltos e barbarismos. Este será abordado aqui minimamente, mas importara nesta análise as relações estabelecidas primeiramente dentro da estância e posteriormente no espaço urbano relativos ao domínio do poder local, que conceituaremos mais adiante.

ASPECTOS DA ATIVIDADE PASTORIL NA TRIPLICE FRONTEIRA

Até aqui, como já vimos “serviu para o estabelecimento de estâncias de gado, e de fundação de fortes militares que pudessem garantir a manutenção e/ou dilatação das fronteiras.” (FÉLIX 1987: 24), na tríplice fronteira que compreende a região do Pampa.

Neste espaço denominado como Pampa, em meados do século XIX, na consolidação das infra estruturas, foi determinante a construção das super estruturas por atores dos quais destacamos o coronel proprietário. Nele seria reforçada a figura do homem de decisões preparado para o comando em situações de combate ou de defesa das terras/frenteiras, quando a sua autoridade era também baseada em laços de lealdade e compromissos daqueles que dele dependiam, desde o nível econômico até o psicológico, eis aí outra característica de um perfil de caudilho.

Assim é que ao assumirem a liderança defensiva das fronteiras cujas suas terras particulares também fazem parte, confundem-se com benfeitores sociais, sendo que o mesmo chefe correspondia ao posto militar e a de proprietário chefe do bando de guerrilheiros. “...Este chefe – o caudilho ou caudilhete – tão logo acaba a luta na qual se envolvera dissolvia o bando, mas mantinha a liderança, na qualidade de estancieiro prestigiado, cercado de seus dependentes: peões, agregados, protegidos e escravos. (FÉLIX 1987: 25).

Na formação do contingente populacional desta região, além do proprietário sesmeiro coronel português, havia o índio (Charruas, Minuanos, Guaranis e etc.), primeiro habitante e verdadeiro donatário de origem. Nas então incipientes fronteiras do sul do Império têm-se o elemento miscigenado.

Los portugueses que habian fomentado la cria de gauchos fueron los primeros en sufrir sus consecuencias.aprendieron, es verdad, todas las artes gauchas para la vida pastoril, pero tambien adquiriraon todas las manãs y vicios gauchescos.[...] La palabra... “guascho” serviria para distinguir al individuo que se bastaba a si mismo, carente de padre conocido y em ocasiones hasta de madre...sinónimo de bastardo, hasta el puente de que la simples imputación amistosa hacia llevar instintivamente la mano al cuchillo, y es todavia una injuria gravisima....se descompusiera em dos significados distintos, “gaucho” , nombre que se dió asi mismo el mestizo con orgullo porque ... guacho se definió despectivamente para el hijo de nadie, y gaucho para el mestizo valiente.” (Corbiere apud Vilella 1965: 37)

Consideramos, assim, que os guaches, que de início, viviam soltos, dormindo sob toldos de couro cru e sem paradeiro nem destino, aos poucos foram se mesclando aos arregimentados nas milícias dos latifúndios¹⁰, originando os gaúchos da fronteira oeste do Rio Grande do Sul e comuns em toda a região do Pampa.

Assim, os gaúchos, acima mencionados, se formaram sob o jugo dos latifundiários e das suas ideologias elitistas, “fora a ideologia da elite rural, que ao tomar forma, serviu para manter o poder econômico e estatal do grande latifundiário no Rio Grande do Sul” (GOLIN 1983: 81).

ABORDAGEM REGIONAL NO ESPAÇO DE FRONTEIRA, URUGUAIANA: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Iniciaremos aqui com a percepção teórica quanto a possibilidade de uso da história regional, no município de Uruguaiiana, aliado aos pressupostos do enfoque regional. Em sequência, buscaremos ligar a análise ao desenvolvimento urbano e o poder local, importante sustentáculo da Geopolítica na Tríplice fronteira.

O conceito de região vem se re-significando ao longo dos tempos, tanto que, para a historiadora Ana Luiza Setti Reckziegel (1999: 15-16), na antiguidade Romana, o nome *regione*, denominava as áreas, que mesmo tendo uma administração local, eram subjugadas pela administração centralizadora de Roma. Já no período da Idade Média, os senhores feudais terão o poder e a autonomia sobre as regiões à eles submetidas. A seguir, no interregno do período moderno, se dará ênfase ao significado de região voltado ao aspecto geográfico. E, já na Idade Contemporânea, com a nova re-

¹⁰Grande propriedade rural com áreas não cultivadas e ou onde se pratica alguma cultura não dispendiosa.

significação do Estado, com o advento do nacionalismo e a regionalização, aparece uma nova disposição para se discutir a idéia de região.

Para Claudia Viscardi, em seu entendimento quanto aos aspectos da História Regional e História Política, ela primeira distingue que não seria um método e por isso não possui um corpo teórico próprio, e sim seria uma opção de recorte espacial do determinado objeto de estudo, e que, por ocasião da disseminação das linhas da Escola dos *Annales*, alimentada pela interdisciplinaridade que se desenvolveu nos estudos de pesquisadores de história agrária nos idos da década de 1970, valendo-se da Geografia, Demografia e fontes ligadas ao espaço regional, pois tinha-se, assim:

“... a possibilidade de comparação entre diferentes situações históricas, contribuindo para a produção de uma síntese, a nível macro-espacial, uma vez que cada região não poderia ser vista deslocada do todo em que se encontrava inserida. Além do mais, o recorte regional permitia o esgotamento das fontes disponíveis para a pesquisa, garantindo a veracidade dos resultados. A homogeneidade das fontes seria outro elemento facilitador decorrente dos estudos regionais.” (VISCARDI 1994: 85)

Em nossa opinião, teríamos o espaço regional, como uma construção humana, mas fundamentando-se nas estruturas econômicas, políticas e sociais que lá são desenvolvidas. As infra-estruturas podem ser visualizadas na articulação dos contingentes na construção do espaço dentro do modo de produção capitalista, e no papel de super-estruturas, suas classes sociais mediadas, e construídas com suas peculiaridades em uma determinada região.

Neste caso, para a composição de nossa análise, consideramos também o que seria o universo da história regional, que para RECKZIEGEL(1999: 17), não raramente é confundido como sinônimo de menor importância em relação às realidades mais globais.

Assim, a história regional como forma de abordagem, deve ser vista e analisada como parte integrante de um todo, e cada região terá suas especificidades, mas não deixará de se comunicar com o todo, o nacional e o global.

Nas relações do poder local aqui delimitado como sendo aquele em que se dá no espaço estatal do município identificado ao poder político e considerando o poder econômico, social, cultural e simbólico, como descreveu Fischer(1992) . Neste sentido um espaço socialmente construído com história e memória próprias, com identidades e

práticas políticas determinadas, em que revela-se atores e ações impostas ou ofertadas atendidas ou não por outros e, então, as alianças e os conflitos para levar em conta uma variedade de forças que se enfrentam ou se associam, condicionadas ao objetivo e ao momento, da influência das elites, do poder político do Estado e até do poder simbólico também serão possíveis de serem observadas com suas especificidades e diferenças em uma análise com a abordagem pela história regional.

Neste espaço da tríplice fronteira, a estância pastoril, formada por estratos sociais de senhores, agregados e escravos, será o núcleo fundamental de onde se originam as relações sociais e políticas, constituída pelo latifúndio, que é semelhante em suas formas gerais ao desenvolvido pelo resto do Brasil e encontrara na Argentina e no Uruguai seus espaços correspondentes.

Para a historiadora Loiva Otero Félix, o nível de dominação contido na estrutura de relações patriarcais entre os diferentes estratos vistos acima fundamentam dois aspectos: “1) diferenciações frente aos demais modelos latifundiários existentes no país;2) padrões de comportamento autoritário (o que não é exclusivo das relações sociais da estância, mas de todo o sistema latifundiário).”

Ainda para Félix, haverá em contra partida “diferenças fundamentais...: a) a ausência de uma “aristocracia” nos moldes da existente da cana-de-açúcar, no Nordeste, ou do café, no Vale do Paraíba (a rusticidade da vida nas estâncias é relato constante, principalmente de viajantes estrangeiros que visitaram o Rio Grande do Sul) ...”

Consideramos de bom alvitre destacar que, para esta situação se refere, no caso a primeira metade do século XIX, já que, por volta de 1845, na região da fronteira, teremos o desenvolvimento dos núcleos urbanos, pequenos povoados que vão crescendo a medida em que o desenvolvimento das relações econômicas com os outros países da região do Pampa irão se estabelecer em maior escala.

O comércio, em paradoxo ao posicionamento geopolítico militar defensivo que era estratégico da fronteira, vai fazer com que seja possível o contato através do rio Uruguai e a bacia do Prata com as praças de Buenos Aires, Montevideo, entre outras, da região.

A Argentina que já se fazia independente da Espanha, desde 1810, recebia no porto de Buenos Aires navios europeus e experimentava na primeira metade do século XIX um período de auge, chegando a se comparar com a França “Buenos Aires se cree

uma continuación de La Europa ; y si no confiesa francamente que es francesa y norteamericana em su espíritu y tendências, nega su origem español, porque El gobierno español, dice , La há recogido después de adulta...”¹¹

O contato e as trocas possibilitam também a vinda de imigrantes ingleses, franceses e alemães, entre outros, que se estabeleceram na região.

Este entendimento sobre a região, também possibilita que compreendamos como foi possível o desenvolvimento do coronel caudilho e o surgimento da oligarquia de estancieiros-soldados, em meados do século XIX e ao mesmo tempo em que o espaço urbano, refletiu as relações da estância, onde a atividade pastoril formava a base econômica da região em questão.

No caso de Uruguaiana, como exemplo, a existência dos códigos de posturas municipais com artigos que regulavam o dia a dia local, enquanto que se distanciavam do poder central do Império.

Assim é que Uruguaiana nasceu no período da Revolução farroupilha, (1835-1845) pela insatisfação de parte dos estancieiros da Província de São Pedro, devido às altas taxas com sal, prejuízos no negócio do charque, que como já vimos no início do texto, era considerado como economia periférica e complementar do Império no Brasil, já que constituía outros interesses como atividade econômica principal, somado a isso havia também a falta de ressarcimentos com despesas de tropas e o isolamento junto ao Poder Central. Embora consideremos que o povo fosse profundamente distante dos seus fatores geradores, assim é que surge Uruguaiana, idealizada pela estratégia da República rio-grandense, no dia 24 de fevereiro de 1843, na localidade onde havia um posto de fiscalização para o combate ao contrabando, que era recorrente, mas que não aprofundaremos nesta análise, e, a estratégia farroupilha previa, ainda, caso necessário, o uso do local para a retirada das tropas da república rio-grandense. Domingos José de Almeida¹², escolheu o local às margens do rio Uruguai e o povoado, foi se desenvolvendo favorecido pelas transações econômicas na tríplice fronteira com a Argentina e o Uruguai.

¹¹ SARMENTO, Domingo Faustino. Descreveu em sua obra *Facundo*, como era a vida do típico caudilho argentino e também retratou o desenvolvimento da Argentina no século XIX. Estas condições são encontradas por toda a região do Pampa e não só na Argentina.

¹² Embora nunca tenha comparecido pessoalmente in loco, foi o fundador da cidade de Uruguaiana e era, ministro do presidente da república rio-grandense, General Bento Gonçalves da Silva.

Elevada em 1846, por lei, primeiro, à sede de novo município, separando-se de Alegrete e, a 29 de maio do mesmo ano, à categoria de vila. Assim, já no ano seguinte, é instituído pela Câmara de Vereadores e o Código de Posturas, em 24 de abril de 1847, com disposições legais que regulavam as relações sociais.

Cabe ressaltar que nesta região os donos das terras eram, junto com os ricos comerciantes, a autoridade local, e nem todos haviam participado no conflito farroupilha, mantendo-se alheios aos interesses republicanos, tanto que, terminado o conflito, foram incorporados ao império mantendo suas patentes militares e conservando o seu estatus oligárquico. Aqui não evoluiremos neste tópico, devendo este ser um assunto a ser retomado em outra análise mais específica a fim de se estabelecer em que medida tiveram participação os coronéis da fronteira oeste do Rio Grande do Sul no conflito contra o Império brasileiro.

Destacamos que os coronéis proprietários constituíam assim o poder local como vereadores componentes da Câmara Municipal de Uruguaiana, e assim legislavam em causa própria. Daí a relação que faremos entre a institucionalidade e a coerção apropriadas pelo coronel caudilho que também assume o papel de legislador, neste caso o próprio estancieiro, dono do espaço.

Assim, consta no Código de Posturas Municipais em 1849, registradas no livro de Atas, que indicavam as condições em que os fiscais, nomeados naquela casa, deveriam proceder na arrecadação dos impostos e prestação de contas para à mesa de arrecadação municipal, que assim regulamentou:

“Instruções por que se devem reger os fiscaes agentes nomeados pela Camara Municipal da Uruguayana para os deferentes districtos do seu Município.

[...]Art. 4º=Ninguém podera vender couros cavallares ou vacuns, sem ser registrados pelo Fiscal do Destricto, ou seu Agente, e deverão ir acompanhados por tres registros, na mesma forma que se delibera para o gado no artigo 1º. Alem disso, cada couro vira contramarcado com a marca do vendedor. Art. 5º= Os couros achados sem estas formalidades serao embargados e depositados, sendo immediatamente dado parte o Fiscal a autoridade policial mais immediata para esta proceder na forma da Lei. Art.6º Qualquer agente ou Fiscal que não observar o disposto nos anteriores artigos, sera demitido immediatamente.[...] Villa de Uruguayana. Livro de Registro...(1849-1861)¹³.

¹³ Este foi encontrado no Livro de Registros das Atas da Camara de Vereadores de Uruguaiana(1849-1861). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Uruguaiana. Arquivo Sala Raul Pont. P. 6v. – 7v.

Uruguaiana se desenvolveu, sempre na sequência de enfrentamentos ou situações beligerantes, assim, foi o motivo de sua fundação, como já vimos acima.

A cidade de Uruguaiana foi projetada e construída com quadras e ruas largas, e o casario, que logo se proliferou chegou, ainda naquela época, a ter mais de cem casas habitadas às custas das atividades pastoril e do comércio, que das Estâncias geravam grande parte da sua riqueza que eram exportadas pelo porto fluvial até o Prata.

Na mesma esfera o volume de importações também era grande, já que os navios europeus que atracavam em Buenos Aires e Montevideu traziam mercadorias que eram caboteadas para consumo dos uruguaianenses, principalmente para a elite.

Arthur Ferreira Filho, observa que as transações do porto uruguaianense chegariam a superar as do porto de Rio Grande. Isto porque em Rio Grande o porto não oferecia as melhores condições de calado e se ligava diretamente ao oceano atlântico.

A profundidade do porto de Rio Grande em 1800 era de 4,40m, em 1849 chegou a 3,60m, em 1860 tinha 2,20m e em 1883 só 2m. Tornando inviável qualquer operação naval naquele espaço portuário, mesmo a cabotagem seria arriscada, considerando as correntes marinhas imprevisíveis que ali se constituíam.

Outro ponto a se verificar, quando da revolução farroupilha, as condições do porto de Rio Grande e a necessidade de ligação com Buenos Aires e Montevideu foram estratégicas para a manutenção do porto de Uruguaiana em detrimento da economia da República Farroupilha.

Assim, para melhor demonstrarmos em números o que acima descrevemos, baseados nos Relatórios do presidente da província do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial, 1850-1870,RJ. Analisados por COLVERO(2004) temos aqui em valores de Mil Reis que:

De 1850 a 53 Enquanto no porto de Rio Grande as transações foram de até 400.000.000, as transações do porto de Uruguaiana, no mesmo período chegaram a 500.000.000.

A diferença se tornaria ainda maior quando verificamos no exercício de 1856 a 1857, quando o porto de Rio Grande teve o volume de 200.000.000, Uruguaiana chegaria a casa de 800.000.000, também no mesmo período.

O Brasil ao longo do século XIX participou ativamente nas questões platinas, quatro foram elas, dentre as quais a mais acirrada foi a guerra do Paraguai.

A guerra cruza novamente o destino da Tríplice fronteira, no Rio Grande do Sul, em 5 de agosto de 1865, a vila de Uruguaiana, já com 450 residências e 2.500 habitantes, foi invadida e tomada pelas tropas paraguaias comandadas pelo coronel Antonio de La Cruz Estigarribia¹⁴, por conta da guerra entre os aliados: Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. A ofensiva pelo Paraguai se deu com 7.300 homens, enquanto Uruguaiana contava para sua defesa com 380 homens comandados pelo Capitão Joaquim Antonio Xavier do Vale, o Tenente Floriano Peixoto e, ainda, dentre eles um piquete de voluntários comandados pelo Coronel e estancieiro Bento Martins de Menezes.

A cidade de Uruguaiana foi arrasada pelo exército paraguaio. Durante 45 dias seguiram-se saques, degolas e incêndios. Aqueles que ficaram e escaparam das lâminas assistiram suas moradias, casas de negócios, lojas e comércios pilhados e queimados; seus poços artesanais obstruídos ou envenenados, até a retomada da vila pelas tropas do aliadas, comandadas pelo Imperador Dom Pedro II, quando houve a rendição de Estigarribia¹⁵.

Assim, até o final do século XIX serviriam como importante zona de contato entre os países da tríplice fronteira e o processo de desenvolvimento assim como no Brasil e no Mundo, ocorreria nas fábricas e o florescimento de zonas urbanas se acentuam em Uruguaiana

em 1901, contava com uma linha de vapores com escalas regulares nas povoações argentinas de Concepción, Monte Caseros, Libres, La Cruz, Sam Martín, Alvear e Santo Tomé e as cidades brasileiras de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Havia uma linha de navegação pelo Ibicuí, da firma Bárbara e Filhos, até Cacequi, onde se estabelecia a ligação com a capital do Estado. Além disso, numerosas lanchas navegavam permanentemente entre Uruguaiana e Paso de los Libres. A principal atividade econômica de Uruguaiana era a pecuária, mas algumas indústrias ali se desenvolveram... nasceram na cidade. As fábricas e oficinas atingiram, naquela época, o número de cento e trinta e oito.... A chegada da máquina com toda a equipe é uma festa ... Uruguaiana conhecida como "capital da lã"... Alguns fazendeiros do município, em 1901, adquiriram em Montevideu, animais de raça. Setenta reprodutores das raças Hereford, Duran e outras foram importados (SILVA, 2001, p. 20-21; 23-24).

¹⁴ Comandante militar Paraguaio, responsável pelas ofensivas militares a São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

¹⁵ Os detalhes são narrados por VILLELA, Urbano Lago, Atalaia da Pátria. O homem, o meio e a história. Cap. VI Tomada e Cerco da Vila de Uruguaiana. 2ª ed. Canoas: La Salle. 1965.

Os comerciantes, que há tempos rivalizavam com os Estancieiros no controle econômico e social, comemoram a instalação da estrada de ferro, que se soma à navegação pelo rio Uruguai, e a aproxima mais de outros centros urbanos da região do *Prata*. *que* com o desenvolvimento econômico da cidade e o aumento da população, que em 1920 já era de 14.868 habitantes e possuía 2.644 prédios, 29 fábricas, dois saladeiros e oficinas. Vemos assim a consolidação do espaço das fronteiras e a sua povoação.

CONCLUSÃO

Em nossa análise da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, buscamos através da Geopolítica no recorte regional, contextualizar o espaço na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, que, com a ocupação beligerante e sua economia fundada na atividade pastoril, compuseram nas bases para a sustentação da fronteira e estabeleceram através de contatos com os demais países do Prata, via comércio, ponto favorável no desenvolvimento desta região de fronteira.

Em nosso entendimento o poder central ao investir na demarcação das fronteiras do oeste do Rio Grande do Sul, com a distribuição de terras, buscou externar os custos do projeto de dominação geopolítica na região, acarretando na perda do controle total estatal, se não ao todo, tendo que dividir com o lugar-tenente, que aqui se estabelecia: o coronel estancieiro.

Desta forma, vimos que em meados do século XIX, o poder local estabelecido pelo coronel de estilo caudilhesco, amparou-se na política e na economia da Tríplice Fronteira, oeste do Rio Grande do Sul, o que justifica a necessidade de aprofundarmos os estudos desta região, através da história regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar La región sin perderse em El intento. Repasando y repensando La Historia Regional . História Unisinos, 13(1): 19-34, Janeiro/Abril 2009.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF.2004.

FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política. Editora Mercado Aberto. Porto Alegre.1987

HEINSFELD, Adelar. Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Méritos Editora. Passo Fundo, 2007.

ISABELLE, Arsene. Viagem ao Rio do Prata e ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949.

LEGOFF, Jaques. A História Nova .SP: Martins Fontes, 1990.

PONT, Raul. Campos Realengo : formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Renascença, 1983. V. I.

_____. Campos Realengo : formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Renascença, 1983. V. II

PORTELLA, Giovani. Das “Terras de Ninguém” À vila de Uruguaiana .3ª ed. Revista Oficina de História, PUCRS: Uruguaiana,2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A História Regional: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências. Passo Fundo: UPF p.15-22. Junho 1999.

SARMENTO, Domingo Faustino. Facundo. Buenos Aires: Beeme, 2009.

SILVA. Lúcia Silva e., Uruguaiana e os Coronéis – Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

VILLELA, Urbano Lago. Uruguaiana, Atalaia da Pátria, o homem, o meio e a história. 2ed. Canoas: La Salle, 1965.

VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas, Locus: revista de história. Juiz de Fora, 1994 v.3, n.1

WEISTEINS, Bárbara. História Regional versus história Nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparativa. Territórios e Fronteiras. Revista do PPGH da Universidade Federal do Mato Grosso. 2003.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI DE URUGUAIANA, Livro de Atas da Câmara de Municipal de Uruguaiana, 1847.

ARQUIVO HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI DE URUGUAIANA, Livro de Registros das Atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana,1849-1861.